



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PIAUÍ

Autarquia Federal – Lei 5.905/73

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para os devidos fins, aptidão de capacidade técnica, que a empresa **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.152.814/0001-70, com endereço à Avenida Daniel de La Touche, Condomínio Via La Touche Center, Sala 212, Cohajap, São Luis – MA, CEP: 65072-455, **mantém Contrato com esta Autarquia sob o nº 37/2017, desde 06.11.2017**, referente a prestação de serviço terceirizado de condução de veículos oficiais (motorista), categorias "AB" e "D", com diárias e horas extras, sendo executado de forma contínua no Conselho Regional de Enfermagem do Piauí e subseções.

Atestamos, ainda, que a referida empresa vem cumprindo com as obrigações assumidas dentro dos prazos e nas condições contratuais estabelecidas, não havendo registro de fatos que desabonem sua conduta.

Teresina (PI), 08 de novembro de 2018.

Tatiana Maria Melo Guimarães
TATIANA MARIA MELO GUIMARÃES
COREN-PI 28481-ENF
Presidente



Coren^{PI}
Conselho Regional de Enfermagem do Piauí

CONTRATO Nº 37/2017

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O CONSELHO REGIONAL DE
ENFERMAGEM DO PIAUÍ E NACIONAL
SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME,
ESPECIFICADO NO TERMO DE
REFERENCIA QUE É PARTE
INTEGRANTE DO EDITAL.**

O **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PIAUÍ - Coren-PI**, Autarquia Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 04.769.874/0001-69, com sede na Rua Magalhães Filho, 655, Centro/Sul, Teresina-PI, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente **Lauro César de Moraes**, brasileiro, casado, Enfermeiro, regularmente inscrito no Coren-PI, sob o Nº 119466, portador da RG nº 1630837 SSP/PI, e do CPF nº 634.121.283-69, residente e domiciliado na Rua João Dantas, 1817, Irapuá I, Floriano-PI, e, de outro lado a **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ 19.152.814/0001-70, situada à Avenida Daniel de La Touche, Condomínio Via La Touche Center, Sala 212, Cohajap, São Luis – MA, CEP: 65072-455, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sócio administrador **Lívio Ferreira Feitosa**, CPF: 892.673.893-00 e RG 0539391420142 SESP-MA, e considerando os Termos do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 08-2017** e seus anexos, contidos no processo Licitatório em epígrafe que passam a fazer parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, e, considerando, ainda, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, resolvem assinar o presente Contrato expresso nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço terceirizado de condução de veículos oficiais (motorista), categorias "AB" e "D", com diárias e horas extras, a ser executado de forma contínua no Conselho Regional de Enfermagem do Piauí e subseções, conforme especificações, condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital, quais sejam:

1.1.1. Os serviços serão executados, tendo como ponto de partida, a Sede do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí, localizada à Rua Magalhães Filho, 655 – Centro/Sul – Teresina/PI;

1.1.2. Os serviços deverão ser prestados nos horários a serem estabelecidos pelo Departamento Administrativo, podendo haver flexibilidade, sendo respeitado o



intervalo intrajornada e interjornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho;

1.1.3. Os horários de trabalho poderão sofrer alterações, de acordo com as necessidades da Contratante, que deverá comunicar à empresa Contratada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias.

1.1.4. A jornada laboral dos Postos de Trabalho é de 08 (oito) horas diárias de segunda-feira a sexta-feira, de acordo com o horário de funcionamento do COREN/PI.

1.1.5. Os motoristas que estiverem prestando serviços na Sede ou em uma das subseções do Coren/PI poderão usufruir o intervalo intrajornada no próprio local, desde que este disponha de local destinado ao repouso e alimentação do trabalhador.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Presencial, bem como ao Termo de Referência, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ITEM	CATEGORIA	QUANTIDADE
01	MOTORISTA, CATEGORIA AB, CARGA HORÁRIA 40H/SEMANA	01
02	MOTORISTA, CATEGORIA, D, CARGA HORÁRIA 40H/SEMANA. 01	01

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1. Pela execução do objeto de que trata a Cláusula Primeira deste Instrumento, o COREN/PI pagará à CONTRATADA mensalmente o **valor global de R\$ 6.631,01 (seis mil, seiscentos e trinta e um reais e um centavo)**. Conforme proposta de preços



unitários para o posto de **motorista categoria AB** será R\$ 3.099,62 (três mil, noventa e nove reais e sessenta e dois centavos) e o preço unitário para o posto de **motorista categoria D** será de R\$ 3.531,39 (três mil, quinhentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos).

3.2. A CONTRATADA deve emitir a nota/fatura até o quinto dia útil do mês em nome do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PIAUÍ – COREN/PI, obrigatoriamente após a efetiva prestação dos serviços, e entregá-la no setor financeiro da CONTRATANTE.

3.3. Em atendimento ao que dispõe o art. 71 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com as Notas Fiscais/Faturas cópias das guias de recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, bem como quaisquer outros documentos comprobatórios que a Administração julgar necessário.

3.4. Se as Notas Fiscais/Faturas contiverem erros, serão devolvidas, e o prazo para pagamento será de mais 10 (dez) dias corridos a partir da data de apresentação das novas Notas Fiscais/Faturas corretas.

3.5. Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente na data da consulta junto ao site, poderá ser concedido, a critério do COREN/PI, o prazo de 10 (dez) dias para que a mesma regularize sua situação, sob pena de não o fazendo ensejar rescisão contratual.

3.6. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, exclusivamente por meio de emissão de cheque em nome da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis, conforme o estipulado no Item CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do Edital, após o recebimento da nota fiscal/fatura pelo Departamento Financeiro do CONTRATANTE, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

3.7. No ato do pagamento da nota fiscal/fatura serão retidos na fonte os tributos federais e municipais de acordo com a legislação vigente ou outros que venham a ser instituídos por lei. Os documentos comprobatórios das retenções ficarão à disposição do interessado no Departamento Financeiro do CONTRATANTE;

3.8. Sendo a CONTRATADA empresa não optante pelo Simples, serão deduzidos do valor correspondente na nota fiscal/fatura, na fonte, conforme legislação específica, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição para o PIS/PASEP, a Contribuição para a Seguridade Social e encargos previdenciários, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e outros que vierem a ser criados, nos percentuais determinados pela legislação vigente;

3.9. Sendo a CONTRATADA empresa optante pelo Simples serão deduzidas do valor correspondente na nota fiscal/fatura, na fonte, a Contribuição para a Seguridade Social e encargos previdenciários, conforme legislação específica, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e outros que vierem a ser criados, nos percentuais determinados pela legislação vigente;

3.10. Não haverá necessidade de serviços extraordinários, contudo no caso de haver necessidade, os mesmos serão calculados e pagos com base no valor da hora trabalhada



do profissional efetivamente utilizado na prestação dos serviços, dentro do seu respectivo posto.

CLÁUSULA QUARTA – DA REPACTUAÇÃO

4.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

4.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

4.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

4.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

4.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

4.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

4.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

4.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

4.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo cima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

4.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:



4.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

4.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

4.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

4.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

4.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

4.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

4.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

4.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

4.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando se:

4.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

4.13.2. as particularidades do contrato em vigência;

4.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

4.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

4.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

4.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

4.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:



- 4.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 4.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 4.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 4.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 4.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 4.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 4.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na classificação abaixo: 6.2.2.1.1.33.90.39.001.003 – Serviços gerais de limpeza e motorista.

CLÁUSULA SEXTA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O presente Contrato tem como forma de execução a “Execução Indireta”, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o estabelecido no art. 10 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se, além do cumprimento das obrigações constantes da Instrução Normativa MPOG N. 02/2008 e suas alterações, da Portaria nº 07 SLTI/MPOG de 09 de março de 2011 e da IN 06/2013, parte integrante deste Termo, independentemente de transcrição, ao seguinte:

- 7.1.1. Executar fielmente os serviços ora contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da contratante, observando sempre a boa técnica, normas e legislações e os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados;
- 7.1.2. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE de forma clara, concisa e lógica, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
- 7.1.3. Comunicar o COREN/PI, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;



7.1.4. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

7.1.5. A executar os serviços ora contratados, dentro de elevados padrões de qualidade e obedecendo rigorosamente às condições estabelecidas no Edital;

7.1.6. As despesas diretas e indiretas, tais como salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, uniformes, equipamentos, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos empregados da CONTRATADA, no desempenho dos serviços objeto deste contrato, ficará por conta da CONTRATADA, ficando, ainda, o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

7.1.7. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando indivíduos portadores de atestado de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

7.1.8. Fornecer ao CONTRATANTE relação nominal dos operários, nela contendo foto, identidade, matrícula e quaisquer outros elementos individuais que comprovem o cumprimento das exigências do item anterior;

7.1.9. Substituir, fazendo comunicação prévia por escrito a CONTRATANTE, os empregados nos casos de faltas, ausência legal de férias, atestado ou licença médica, de maneira a não prejudicar o bom atendimento e a boa execução dos serviços;

7.1.10. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

7.1.11. Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela contratante;

7.1.12. Manter o pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e provendo-os de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's compatíveis com sua função;

7.1.13. A contratada deverá designar 01 (um) preposto, para atuar como interlocutor entre a empresa e a Contratante, sem ônus adicional para esta. Este preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Contratante e tomar as providências pertinentes, para que sejam corrigidas eventuais falhas detectadas.

7.1.14. Responder por todos os danos e/ou acidentes causados a pessoas ou materiais no recinto, do espaço físico, objeto deste contrato, voluntário ou involuntariamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, praticado por seus empregados na prestação dos serviços, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o CONTRATANTE de todas e quaisquer responsabilidades que possam surgir;

7.1.15. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta em virtude do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE, de acordo com o Art. 77 da Lei 8.666/93;



7.1.16. Repor, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer objeto danificado ou comprovadamente extraviado no período de trabalho de seus operários;

7.1.17. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela contratante;

7.1.18. Assumir, também, as responsabilidades por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do COREN/PI.

7.1.19. Ficará, ainda, a licitante contratada obrigada, quando solicitada pela contratante, a executar serviços extraordinários, de acordo com a legislação pertinente, a qual será remunerada a título de horas extras, desde que devidamente comprovada.

7.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante;

7.1.21. Fornecer e manter atualizado todos os seus dados, inclusive endereço, telefone, fax, e-mail até o final da vigência do Contrato;

7.1.22. Aceitar os acréscimos ou supressões julgados necessários pelo CONTRATANTE, nos limites estabelecidos na Lei 8.666/96.

7.1.23. As obrigações decorrentes da licitação constarão de contrato bilateral, fazendo parte integrante do instrumento contratual, guardada a necessária conformidade entre eles, o Edital, a proposta, as especificações e os documentos que os acompanharem.

7.1.24. Disponibilizar motoristas com habilitação compatível para a condução de todos os tipos de veículos disponíveis no setor de Transportes do COREN/PI;

7.1.25. Zelar e fazer zelar pelo patrimônio do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PIAUÍ, disponibilizado para a realização dos serviços.

7.1.26. Apresentar, por intermédio do preposto, ao final do cumprimento de cada Ordem de Serviço, relatório detalhado do deslocamento, do qual, obrigatoriamente deverão constar os horários de partida e chegada, quilometragem percorrida, juntamente com, sempre que for o caso, valores e quantitativos de abastecimento ou reparo/manutenção;

7.1.27. Realizar, por intermédio de seus motoristas e, a inspeção das condições dos veículos, registrando-a em formulário próprio do Departamento Administrativo do COREN/PI, no início e ao final de cada deslocamento.

7.1.28. Instruir a mão-de-obra quanto à necessidade de observar as normas internas e de segurança.

7.1.29. Fornecer (e zelar pelo uso contínuo) uniforme completo, conforme descrição no Termo de Referência na periodicidade recomendável para a boa apresentação dos motoristas, os quais deverão portar crachás de identificação contendo logomarca da empresa, foto, nome e função;

7.1.30. Apresentar, em até 05 (cinco) dias antes do início dos serviços, ou das substituições, os nomes dos empregados a serem alocados no COREN/PI, fornecendo, obrigatoriamente, atestado de antecedentes civis e criminais de cada um deles, bem



como cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e de documento atualizado, obtido junto ao DETRAN, relativo à pontuação da CNH do motorista.

7.1.31. As multas decorrentes de atitudes dos motoristas ou de sua inadequação às leis de trânsito são de responsabilidade solidária entre a Contratada e o motorista, bem como as despesas relativas à defesa que se fizer necessária;

7.1.32. As multas decorrentes de defeitos dos veículos ou de sua inadequação às leis de trânsito não serão de responsabilidade dos motoristas ou da empresa, desde que satisfeita a obrigação de inspeção observada anteriormente;

7.1.33. Responsabilizar-se pelo fornecimento de uniformes completos para seus empregados para uso durante a execução dos serviços, sendo os mesmos de primeira qualidade e em quantidade suficiente, ao quais deverão ser trocados sempre que necessário, resguardado à Contratante exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação;

7.1.34. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

7.1.35. Comprovar a qualquer tempo, perante a Contratante, os vínculos empregatícios mantidos com seus empregados, mediante exibição de suas Carteiras de Trabalho, de Previdência Social e de Saúde, além do atestado de sanidade física e mental, devidamente anotadas e atualizadas;

7.1.36. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

7.1.37. Realizar perícia, preferencialmente antes de iniciar o serviço, através de profissional competente e devidamente registrado em conselho regional regulamentador/fiscalizador da profissão, a fim de caracterizar a realização de atividade em área perigosa ou insalubre (demonstrando o grau da insalubridade, quando for o caso, conforme a legislação), para fins de pagamento do adicional específico ao trabalhador, condicionado à realização da inspeção. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

7.2. Caberá a CONTRATANTE

7.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar os serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e deste Termo de Referência.

7.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.2.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.



Coren^{PI}

Conselho Regional de Enfermagem do Piauí

7.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

7.2.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela Contratada.

7.2.7. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2.8. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

7.2.9. Rescindir o contrato, pelos motivos por ele aplicáveis, consoante os artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666/1993 nos termos do artigo 80 também daquela Lei.

7.2.10. Quando for o caso, aplicar, à Contratada, as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

7.2.11. Executar fiscalizações referentes ao serviço prestado pela Contratada, bem como solicitar, quando necessário, documentações imprescindíveis à perfeita execução do contrato. 8.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

8.1. A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Cometer fraude fiscal;
- b) Apresentar documento falso;
- c) Fizer declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido;
- f) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) Não manter a proposta

8.2. Para os fins da Subcondição “d”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

9.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

9.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA – VEDAÇÕES

10.1. É vedado à CONTRATADA:

10.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

10.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

Elege-se o foro federal desta Capital, para dirimir quaisquer conflitos decorrentes deste ajuste, renunciando, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme pelas partes contratantes, foi o contrato assinado, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.



Coren^{PI}
Conselho Regional de Enfermagem do Piauí

Teresina, 06 de novembro de 2017.

Lauro Cesar de Moraes
Presidente do Conselho Regional de Enfermagem – Coren-PI
CONTRATANTE

Biduê Fereira de Fátima
NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME *Maria de Jesus Freitas Leal*
CPF: *743677903-63*

NOME *Gustavo Brocardo Seeger*
CPF: *038.658.133-99*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Piauí

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 19.152.814/0001-70, prestou serviços neste INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ – CAMPUS FLORIANO, que teve como objeto de contrato os SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE MÃO -DE -OBRA DE MANUTENÇÃO PREDIAL tendo como contrato o de número 010/2017, no período de 02 de outubro de 2017 a 02 de outubro de 2019, cumprindo satisfatoriamente todos o compromissos assumidos dentro das especificações e prazos contratuais, não constando, até a presente data, qualquer registro que desabone sua capacidade técnica ou profissional.

Floriano – PI, 09 de dezembro de 2019.

Rafael Ângelo Santos Leite
Diretor Geral, em exercício
IFPI – Campus Floriano



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI
CAMPUS FLORIANO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**TERMO DE CONTRATO nº 10/2017 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
FLORIANO E A EMPRESA NACIONAL SOLUÇÕES E
SERVIÇOS LTDA - ME.**

CONTRATANTE: O INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS FLORIANO, com sede Rua Francisco Urquiza Machado, 462, Bairro Meladao, Floriano/PI, inscrito no CNPJ sob o nº 10.806.496/0004-91, UASG 158355, representado por seu Reitor, o Senhor Paulo Henrique Gomes de Lima, de acordo com a Portaria de Nomeação do Ministério da Educação.

CONTRATADA: A empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.152.814/0001-70, estabelecida à Av. Daniel De La Touche, Cond. Via La Touche Center sala 212, Cohajap, CEP.: 65.072-455, São Luiz - MA, representada pelo Senhor Lívio Ferreira Feitosa, portador da Cédula de Identidade 205576-4 SSP/PI e CPF 892.673.893-00.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no processo **23180.000880/2016-14**, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. O presente contrato fundamenta-se:
 - 1.2. Decreto 3.722/01;
 - 1.3. Lei nº 10.520/02;
 - 1.4. Decreto nº 5.450/05;
 - 1.5. Lei complementar 123/06;
 - 1.6. Lei 8.666/93;
 - 1.7. Instrução Normativa nº 2/2008-SLTI/MPOG



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO



CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2. O presente Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de MANUTENÇÃO PREDIAL (Eletricista, Técnico em Refrigeração e Marceneiro), que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3. O valor mensal deste contrato para o período de sua vigência é de **R\$ 8.791,65(oito mil setecentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos)**.

Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor mensal	Valor Total
Eletricista	01	R\$ 2.791,67	R\$ 2.791,67	R\$ 33.500,00
Téc. em refrigeração	01	R\$ 3.316,65	R\$ 3.316,65	R\$ 39.799,85
Marceneiro	01	R\$ 2.683,33	R\$ 2.683,33	R\$ 32.199,91
Valor total			R\$ 8.791,65	R\$ 105.499,76

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

4. A despesa neste exercício com a execução dos serviços de que trata o objeto, corre à conta do elemento de despesa **339037** do Programa de trabalho **12363208020RL0022**, PTRES **108883**, Fonte **0112** e Nota de Empenho **2017NE800087**.

4.1 A despesa para o exercício subsequente, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Campus, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, **com início na data de 02/10/2017 e encerramento em 02/10/2018**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente.

5.1. Requisitos a serem observados para a prorrogação do contrato:

5.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

5.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

5.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

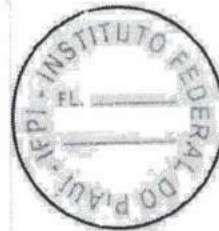
5.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO



5.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo, devendo obedecer o que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6. Cabe à CONTRATANTE:

6.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

6.2 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada;

6.3 Aplicar à Contratada as penalidades depois de constatadas as irregularidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;

6.4 Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

7.1 Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

7.2 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, do CONTRATANTE;

7.3 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

7.4 Comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

7.5 Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação;

7.6 Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

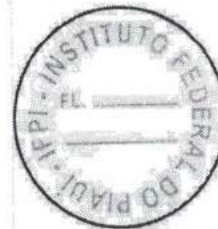
7.7 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO



execução do serviço objeto contratado;

7.8 Refazer os serviços que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

7.9 Selecionar e treinar adequadamente os empregados alocados à prestação dos serviços, observando a comprovação dos atestados de boa conduta e de idoneidade moral;

7.10 Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer deles considerado inconveniente pelo representante do CONTRATANTE;

7.11 Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;

7.12 Apresentar, sempre que solicitada pela Administração do CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais;

7.13 Permitir ao CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e às carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do serviço contratado;

7.14 Sujeitar-se às demais obrigações descritas nas Especificações Técnicas constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 04/2017**

8. À CONTRADA cabe assumir a responsabilidade por:

8.1 Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

8.2 Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

8.3 Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

8.4 Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

9. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

10. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

10.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO



deste contrato;

10.2 A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

10.3 A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é acompanhada e fiscalizada por representante do CONTRATANTE, devidamente designado, permitida a assistência de terceiros.

12. O fiscalizador do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

13. A atestação de conformidade do(s) serviço(s) executado(s) cabe ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

14. A CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

15. A CONTRATADA Autoriza a Administração contratante, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

15.2 Visando garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, a contratada autoriza o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões perante o FGTS e Seguridade Social, que serão depositados pela contratante em conta vinculada específica, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conta esta que o CONTRATANTE terá autonomia para consulta de saldos, movimentações e provisionamento dos valores constantes na mesma, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008; , os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI
CAMPUS FLORIANO



15.3 Eventual saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

16. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; 6) Comprovante de Depósitos Referentes às retenções citadas no **item 15.2**; 7) Extrato de Movimentação da Conta citada no **item 15.2**;

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

20. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

22. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições

22

22



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO



exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

23. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

24. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- i. não produziu os resultados acordados;
- ii. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- iii. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

26. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

29. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

31. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

7

8



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO



32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

33. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

34. A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura de serviços, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação do serviço, até o dia 20, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido na alínea "b", inciso I, artigo 30, da Lei n.º 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.876/99, acompanhada das seguintes comprovações:

34.1 Pagamento salarial do mês da prestação dos serviços, acompanhado de cópia dos respectivos contracheques devidamente assinados pelos funcionários ou comprovante de depósito em suas contas-correntes;

34.2 Guia de recolhimento do INSS e do FGTS, relativas ao mês anterior da prestação do serviço constante da fatura, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, exceto no último mês do contrato, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços;

34.3 Regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;

34.4 Regularidade para com a Delegacia Regional do Trabalho através da Certidão Negativa de multas e débitos salariais e infração trabalhista;

34.5 Relação de admitidos e demitidos expedida pelo Ministério do Trabalho;

34.6 Regularidade para com o sindicato da categoria emitida pelos sindicatos dos empregados e empregadores representantes da atividade compatível com o objeto da licitação;

35. No caso de a nota fiscal/fatura ser emitida e entregue ao CONTRATANTE em data posterior à indicada na Condição 1 desta Cláusula, é imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

36. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem

7

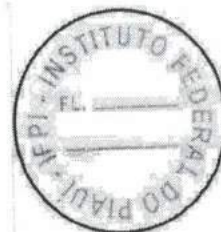
8



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI
CAMPUS FLORIANO



bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

36.1 A atestação da fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao Chefe de Departamento de Administração e Planejamento da Unidade ou a outro servidor designado para esse fim;

36.2 No caso de as notas fiscais ou faturas serem emitidas e entregues no CONTRATANTE em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

37. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

37.1 Atestação de conformidade do serviço executado;

37.2 Apresentação da comprovação discriminada no item 1 desta Cláusula;

37.3 O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

37.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{360}$$

$$I = \frac{610}{360}$$

$$I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

38. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

39. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no

7

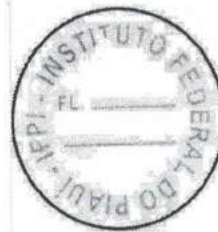
8



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO



subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

40. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

41. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

41.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

41.2 Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

41.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

42. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

43. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

44. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

45. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

45.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de

X

6



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO



mão de obra;

45.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

45.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

46. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

47. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

48. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

49. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

50. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

51. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

51.1 os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

51.2 as particularidades do contrato em vigência;

51.3 a nova planilha com variação dos custos apresentados;

51.4 indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

51.5 índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO



custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

52. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

53. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

53.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

53.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

53.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

54. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

55. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

56. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

57. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS GARANTIA

58. A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia no valor de **RS 5.274,99 (cinco mil duzentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, observadas as condições previstas no Edital.

58.1 As condições relativas à garantia prestada são as estabelecidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

59. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará

X

6



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI
CAMPUS FLORIANO



impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

59.1 Apresentar documentação falsa;

59.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

59.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

59.4 Comportar-se de modo inidôneo;

59.5 Fizer declaração falsa;

59.6 Cometer fraude fiscal.

60. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

60.1 Advertência;

60.2 Multa;

60.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IFPI/PI, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

61. O não cumprimento das obrigações trabalhistas será considerado falta grave, podendo ensejar na aplicação de multa, conforme estabelecido no termo de referência, juntamente com as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.

62. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

63. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

64. A rescisão deste contrato pode ser:

64.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO



mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

64.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

64.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

65. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

65.1 Os casos de rescisão contratual deve ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

66. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Piauí, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 109, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Teresina-PI, 20 de Setembro de 2017.

CONTRATANTE
Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes
Reitora IFPI, em exercício

CONTRATADA

Testemunhas:

TESTEMUNHA 01

CPF: _____

TESTEMUNHA 02

CPF: _____



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI
CAMPUS FLORIANO



AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº 10/2017

NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ nº 19.152.814/0001-70, por intermédio de seu representante legal, o Sr. LÍVIO FERREIRA FEITOSA, portador da Cédula de Identidade RG nº 205.576-4 SSP/PI e do CPF nº 892.673.893-00, **AUTORIZA** o Instituto Federal do Piauí – Campus Floriano, para os fins dos artigos 19-A e 35 da Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 04/2017:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso V, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da referida empresa junto a instituição bancária oficial, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) *Instituto Federal do Piauí – Campus Floriano*, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme artigos 19, XIX, e 35, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008.

Teresina-PI, 20 de Setembro de 2017.

(assinatura do representante legal do licitante)



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI
CAMPUS FLORIANO



ORDEM DE SERVIÇO

O Instituto Federal do Piauí autoriza, através da presente Ordem de Serviço – OS, a empresa **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ nº 19.152.814/0001-70 a iniciar a execução dos serviços abaixo descritos, **na data de 02/10/2017**. A execução decorre do Pregão nº 04/2017, processo administrativo 23180.000880/2016-14. Observando que a **vigência do contrato objeto dessa OS é de 02/10/2017 a 02/10/2018**.

Local de Execução: IFPI/Campus Floriano

Teresina-PI, 20 de Setembro de 2017.

Paulo Henrique Gomes de Lima

Reitor - IFPI

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes

Reitora IFPI, em exercício

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 UASG 158138**

Número do Contrato: 2/2017. Nº Processo: 23381009849201682. DISPENSA Nº 24/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. CNPJ Contratado: 02567270000104. Contratado: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MAODE OBRA - EIRELI -. Objeto: Promover um aditamento ao contrato nº 02/2017, alterando a sua vigência. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 29/09/2017 a 29/09/2018. Valor Total: R\$471.064,32. Fonte: 112000000 - 2017NE800119. Data de Assinatura: 27/09/2017.

(SICON - 02/10/2017) 158138-26417-2017NE800004

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 17/2017**

O Pregoeiro/DCCL/IFPB/MEC torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico (Tradicional) nº17/2017 - Processo: 23381.005810.2017-77. Após análise e julgamento da proposta e documentação de habilitação, sagrou-se vencedor do GRUPO-G1: VALOR GLOBAL DA ATA - R\$ 65.282,60, a empresa SPORTS MAGAZINE LTDA - EPP, inscrita no ME/CNPJ sob o nº 04.826.424/0001-60, conforme consta dos autos.

CARLOS DIEGO DOS SANTOS CARVALHO

(SICED - 02/10/2017) 158138-26417-2017NE800004

CAMPUS GUARABIRA**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 6/2017 UASG 154868**

Nº Processo: 23506002030201711. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços terceirizados, sem fornecimento de material, para o posto de portaria, 12x36 (doze por trinta e seis) horas / Diurno, para o IFPB/Campus Guarabira. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ao IFPB campus Guarabira. Declaração de Dispensa em 02/10/2017. MARIA OSMARINA NOGUEIRA DE MENDONÇA, Diretora de Administração e Planejamento. Ratificação em 02/10/2017. CRISTIANO LOURENÇO ELIAS, Diretor Geral. Valor Global: R\$ 27.026,76. CNPJ CONTRATADA: 24.260.125/0001-19 NUNES CONSTRUTORA E SERVICOS EIRELI - ME.

(SICED - 02/10/2017) 154868-26417-2017NE800039

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO PARANÁ****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 33/2017 UASG 158009**

Nº Processo: 23411002644201671. Objeto: Aquisição da Versão atualizada do software TQS, para elaboração de projetos estruturais em concreto armado para as atividades da Diretoria de Infraestrutura. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição por conta de fornecedor exclusivo. Declaração de Inexigibilidade em 02/10/2017. SERGIO ASSIS DE ALMEIDA, Gestor Financeiro. Ratificação em 02/10/2017. MARCELO LUPION POLETTI, Ordenador de Despesa. Valor Global: R\$ 1.000,00. CNPJ CONTRATADA: 76.484.013/0001-45 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ.

(SICED - 02/10/2017) 158009-26432-2017NE800003

CAMPUS LONDRINA**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 4/2017 - UASG 154699**

Nº Processo: 2340300053201588. Objeto: Fornecimento de serviços de água e esgoto, complemento ao Extrato de Inexigibilidade 17/2016. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição por conta de fornecedor exclusivo. Declaração de Inexigibilidade em 02/10/2017. SERGIO ASSIS DE ALMEIDA, Gestor Financeiro. Ratificação em 02/10/2017. MARCELO LUPION POLETTI, Ordenador de Despesa. Valor Global: R\$ 1.000,00. CNPJ CONTRATADA: 76.484.013/0001-45 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ.

(SICED - 02/10/2017) 154699-26432-2017NE800038

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017 - SRP**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Afoogados da IngaZEIRA, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Federal nº 7.892/2013, torna público o fornecedor que terá seus preços registrados para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de equipamento de segurança contra incêndio, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, objeto do Pregão Eletrônico nº 02/2017, através deste aviso e da seguinte ata: Ata nº 02/2017 - Fornecedor: FCV INDUSTRIA PLATINENSE DE EXTINTORES LTDA - EPP, CNPJ: 03.913.904/0001-04, Item 7. Valor total R\$ 4.070,00. Data da assinatura 12/09/2017. O número da nossa UASG é 151911, os preços registrados e maiores informações estão disponíveis no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

EZENILDO EMANUEL DE LIMA
Diretor Geral

CAMPUS BELO JARDIM**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 2/2017**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Belo Jardim torna público o Registro de Preços para eventual aquisição de sementes. Ata nº 02/2017, Empresa: COMERCIAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS AMARAL SOUZA LTDA-ME, CNPJ: 07.778.471.0001-74, itens: 05, 06, 07, 14, 15 e 17. Ata nº 03/2017, Empresa: LIFT BUSINESS EIRELI-ME, CNPJ: 13.662.942/0001-87, item 16. Ata nº 04/2017, Empresa: PRO FEEDS - SAÚDE ANIMAL LTDA-ME, CNPJ: 16.630.178/0001-56, itens 01, 02, 08, 09, 10, 11 e 12; e Ata nº 05/2017, Empresa: CLEYDE MARIA BARBOSA DA SILVA VASCONCELOS LEITE-EPP, CNPJ: 25.193.521/0001-33, itens 03, 04 e 13. Valor global das atas: R\$ 192.756,00.

FRANCISCO DAS CHAGAS LINO LOPES
Diretor Geral

(SICED - 02/10/2017) 158478-26418-2017NE800022

CAMPUS CARUARU**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 UASG 151909**

Número do Contrato: 7/2015. Nº Processo: 23358014879201517. DISPENSA Nº 19/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE. CNPJ Contratado: 34028316002157. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E -TELEGRAFOS. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais 12 meses. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 24/06/2017 a 24/06/2018. Valor Total: R\$2.000,00. Fonte: 112000000 - 2017NE800074. Data de Assinatura: 22/06/2017.

(SICON - 02/10/2017) 151909-26418-2017NE800008

CAMPUS RECIFE**AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 7/2017**

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 14/09/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços visando a eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviço para solução de videomonitoramento com armazenamento, fornecimento, instalação e suporte técnico. A respectiva intenção de registro de preço foi elaborada e projetada para uso exclusivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Recife e demais campi que contemplam o IFPE, tendo em vista as peculiaridades da contratação.

JOSE LEONE DE OLIVEIRA JUNIOR
Pregoeiro

(SICED - 02/10/2017) 158464-26418-2017NE800012

CAMPUS PAULISTA**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 155217**

Número do Contrato: 1/2015. Nº Processo: 23737010834201517. INEXIGIBILIDADE Nº 2/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE. CNPJ Contratado: 04196645000100. Contratado: IMPRENSA NACIONAL -. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato 01/2015 por mais 12 (doze) meses, bem como a alteração da CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO. Fundamento Legal: Art. 57 Inc. II da Lei 8666/1993. Vigência: 07/10/2017 a 07/10/2018. Data de Assinatura: 15/09/2017.

(SICON - 02/10/2017) 155217-26418-2017NE800003

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO PIAUÍ****EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2017 - UASG 158146**

Nº Processo: 23172000817201768. PREGÃO SRP Nº 5/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO. CNPJ Contratado: 10674819000198. Contratado: PIVSEGG-PIAUI VIGILANCIA E -SEGURANCA LTDA - ME. Objeto: Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA, que serão prestados conforme termo de referência. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, IN 02/2008. Vigência: 07/10/2017 a 07/10/2018. Valor Total: R\$537.238,20. Fonte: 112000000 - 2017NE800241. Data de Assinatura: 22/09/2017.

(SICON - 02/10/2017) 158146-26431-2017NE800019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2017 - UASG 158146

Nº Processo: 23180000880201614. PREGÃO SISPP Nº 4/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO. CNPJ Contratado: 19152814000170. Contratado: NACIONAL SOLUCOES E SERVICOS LTDA - ME. Objeto: Prestação de serviço de Manutenção predial (Elétrica, técnico em refrigeração e mercenário), conforme Termo de Referência. Fundamento Legal: Decreto 2.271/97; Lei 10.520/02; Decreto 5.450/05; Lei complementar 123/06; Lei 8.666/93; IN 02/2008. Vigência: 02/10/2017 a 02/10/2018. Valor Total: R\$105.499,76. Fonte: 112000000 - 2017NE800087. Data de Assinatura: 20/09/2017.

(SICON - 02/10/2017) 158146-26431-2017NE800019

**EDITAL Nº 136, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017
CONCURSO PÚBLICO**

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), no uso de suas atribuições legais, dispõe sobre a anulação parcial, exclusivamente, das Provas de Desempenho Didático-Pedagógico para o curso/disciplina Mecânica do concurso público para provimento de cargos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPI regido pelo Edital nº 80/2016.

1. DA ANULAÇÃO PARCIAL DAS PROVAS DE DESEMPENHO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

1.1. Por força da decisão liminar exarada nos autos do Mandado de Segurança nº 1001794-09/2017.4.01.4000, em trâmite na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí, ficam anuladas as provas de Desempenho Didático-Pedagógico, exclusivamente, para o curso/disciplina Mecânica, correspondentes à Segunda Etapa do concurso regido pelo edital nº 80/2016.

1.2. Torna-se sem efeito o cronograma divulgado no Edital nº 135/2017, de 27 de setembro de 2017, exclusivamente, para o curso/disciplina Mecânica, ao que não serão recebidos os títulos dos candidatos que concorreram para essa área.

1.3. A CSEP divulgará novo cronograma para cumprimento da determinação judicial de realização de novas provas da Segunda Etapa do Concurso, exclusivamente, para o curso/disciplina Mecânica.

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. As disposições contidas no Edital nº 135/2017 continuam vigentes, exceto para os cursos/disciplinas Secretariado e Mecânica.

2.2. Para outros esclarecimentos e/ou informações o candidato poderá entrar em contato pelo e-mail: concurso@ifpi.edu.br.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

**AVISO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2017**

Aos dois dias do mês de outubro de 2017, a comissão especial de licitação nomeada pela Portaria 1.947 de 22 de agosto de 2017, às 10:00 horas do horário de Brasília, promoveu sessão pública para abertura e classificação das propostas das licitantes habilitadas na Tomada de Preços 02/2017 para execução da obra de reforma dos laboratórios do Campus Oeiras. Foram analisadas todas as documentações entregues no envelope nº 01 por cada um dos licitantes. Verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos do ato convocatório, todas as propostas foram classificadas e a ordem de classificação das propostas é a seguinte:

Item 01:

1º - CONSTRUTORA WN LTDA - R\$ 225.224,19 (duzentos e vinte e cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos);

2º - WL ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - R\$ 236.768,28 (duzentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos);

3º - DOTA ENGENHARIA LTDA - R\$ 247.502,84 (duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e dois reais e oitenta e quatro centavos);

4º - ROBERTO JONES SA DE ALBUQUERQUE - EPP - R\$ 254.733,80 (duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta centavos).

Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos contra a decisão da comissão que classificou as referidas propostas, encerrando o prazo às 17:00h (horário de encerramento do funcionamento do protocolo onde podem ser entregues os recursos) do dia 09 de outubro de 2017. Informamos que, findo o prazo de recurso, havendo interposição do mesmo por alguma licitante, será divulgado seu conteúdo aos demais participantes para que em 05 (cinco) dias úteis, a encerrar-se às 17:00h do dia 17 de outubro de 2017, apresente suas contra razões se assim desejarem.

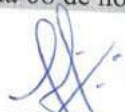
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


A **EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EMSERH** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 18.519.709/0001-63, estabelecida na Avenida Borborema Quadra – 16 Casa – 25, Calhau, São Luís – MA, **DECLARA**, para os devidos fins de direito que a Empresa **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 19.152.814/0001-70, com Sede na Rua Duque de Caxias, nº 24, Quadra 04, Recanto dos Nobres, São Luís – MA, executou serviços especializados e contínuos de limpeza, higienização e conservação, com fornecimento de material e equipamentos, para atender as necessidades da Sede Administrativa da **EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EMSERH**, no período de 16/01/2017 á 16/01/2018, sendo prorrogado por mais 01 (um) ano para 16/01/2019, conforme 1º Termo Aditivo do Contrato nº **02/2017-DC/EMSERH**, conforme especificação:

CARGO	QT
ENCARREGADO	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07

Acrescenta-se que, não existem em nossos arquivos até a presente data, fatos que desabonem a conduta e responsabilidade da empresa com as obrigações assumidas, dessa forma afirmamos que tais serviços foram executados de maneira satisfatória.

São Luis, Ma 08 de novembro de 2018


Hilton Rodrigues Junior
Supervisor de Logística
Matricula – 541


Leonardo Bastos de Matos
Gerente de Logística
Matricula - 2688

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES

AV. Borborema Quadra – 16 Casa – 25, Calhau CNPJ:18.519.709.0001-63

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

CONTRATO Nº 02/2017-DC/EMSERH.
REF. PROCESSO Nº 109.414/2016/EMSERH.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A EMPRESA
MARANHENSE DE SERVIÇOS
HOSPITALARES - EMSERH E A
EMPRESA NACIONAL SOLUÇÕES E
SERVIÇOS LTDA - ME.

A **EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH**, Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, estabelecida nesta Capital do Estado do Maranhão, na Av. Borborema, Qd. nº 22, Casa nº 02 – Bairro Calhau, inscrita no CNPJ sob o nº. 18519709/0001 - 63, neste ato representada por sua Presidente, a Sra. **IANIK RAFAELA LIMA LEAL**, brasileira, médica, casada, inscrita no CPF sob nº 959.067.463-15 e portadora da Cédula de Identidade nº 421370955 (SSP/MA), residente e domiciliada nesta Cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, de outro lado a Empresa **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob nº 19.152.814/0001-70, sediada à Av. Daniel de La Touche, Cond. Via La Touche Center, Sala nº 212 – Bairro Cohajap – Cep. nº 65.072-455, neste ato representado por seu sócio proprietário, o Sr. **MÁRIO ANTÔNIO GOUVÊA MIRANDA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 0326114220077 (SSP/MA) e inscrito no CPF. sob nº 601.799.133-79, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta o **Processo Administrativo nº 109.414/2016/EMSERH**, decorrente da Modalidade de Licitação **Pregão Presencial nº 072/2016-CSL/EMSERH**, dispostos nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, higiene e conservação, com fornecimento de material e equipamentos, para atender as necessidades da Sede Administrativa da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência e proposta apresentada pela empresa vencedora, partes integrantes deste Termo Contratual, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do presente Contrato será de **12 (DOZE) MESES**, prorrogável por igual período, a partir da data de sua assinatura, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme estabelece a Art. 57, inciso II da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FISCAL DO CONTRATO:

3.1 A CONTRATANTE nomeará formalmente fiscal (is) para acompanhar a execução do contrato, nos termos do Artigo 67 da lei n. 8.666/1993 e IN nº 02/2008.

3.2 A EMSERH designará para acompanhar os serviços:

- a) Gestor do contrato: servidor designado para coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual;
- b) Fiscal técnico do contrato: servidor designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato; e
- c) Fiscal administrativo do contrato: servidor designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato.

3.3 As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas à Direção Administrativa da EMSERH para a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

3.4 Os fiscais do Contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhados à Direção Administrativa da EMSERH para as providências cabíveis.

3.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

3.6 A fiscalização de tratada neste item também evita a responsabilização subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA, especialmente por ser o objeto do presente termo atividade-meio da CONTRATANTE, consoante o entendimento do enunciado da Súmula 331-TST.

3.7 Caberá aos fiscais do Contrato atestar a realização dos serviços realizados, mediante a conferência da Nota Fiscal, dos Relatórios apresentados pela CONTRATADA e suas próprias anotações e controles, encaminhando em seguida à Contabilidade para pagamento.

3.8 Em caso de não conformidade da Nota Fiscal ou do serviço executado, o fiscal deverá devolver a Nota Fiscal à CONTRATADA para as devidas correções ou notificá-la das inconformidades observadas quanto aos serviços executados, ficando o pagamento condicionado à regularização da Nota Fiscal ou dos serviços pendentes.

3.9 O recebimento dos serviços mediante atesto nas Notas Fiscais não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução dos serviços, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Contrato.

3.10 Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CONTRATANTE é reservado os seguintes direitos no exercício da ampla e completa fiscalização dos serviços.

3.11 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

3.12 Solicitar a CONTRATADA o reparo/correção de eventual imperfeição na execução dos serviços;

3.13 Examinar as Carteiras Profissionais dos prestadores de serviços, para comprovar o registro de função profissional;

3.14 Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações ou, ainda, que não atendam às necessidades;

3.15 Executar mensalmente a consolidação das medições dos serviços efetivamente prestados sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato;

3.16 Efetuar a avaliação da qualidade dos serviços, utilizando-se inclusive de notações de Níveis de Serviços.

3.17 O exercício das atividades de fiscalização do presente termo, não significa em hipótese alguma que haja pessoalidade ou subordinação direta entre os prepostos da CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

3.18 Os fiscais do contrato deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

3.19 Fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Contratada, referentes aos empregados alocados na execução do contrato, deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

3.20 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

3.22 Os fiscais ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.23 A conformidade do equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos

mesmos, de acordo com o estabelecido neste contrato e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso.

CLÁUSULA QUARTA – DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA: Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão pela Disponibilidade Financeira seguinte:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	21202.
UNIDADE:	EMSERH/UNIDADES.
DESPESA	4.3.02.01.47 – SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSERVAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:

5.1. A CONTRATADA realizará com base na área física a ser limpa e conservada, estabelecendo-se o custo por metro quadrado, observado as peculiaridades, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e as condições do local objeto da contratação.

5.1.1. O dimensionamento da área física a ser limpa e conservada foi obtido com base na medição da área da sede administrativa da EMSERH, descrita no ANEXO I do Termo de Referência do Processo Administrativo nº 109414/2016/EMSERH.

5.2. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e Convenções Coletivas de Trabalho respectivas.

5.3. As quantidades mencionadas são estimadas e poderão ser implementadas em todo ou em parte, ao longo do Contrato decorrente, dependendo da necessidade da Administração.

5.4. A Contratada deverá manter 01 (um) preposto na EMSERH durante todo o período de vigência do contrato, com a atribuição de gerir as demandas sobre os funcionários da Contratada.

5.4.1. O preposto deverá ser classificado como Encarregado de Limpeza (Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 4101-05) e exercerá suas funções de segunda a sexta-feira, preferencialmente de 08h00min. às 18h00min., conforme necessidade da Administração, respeitado o intervalo intrajornada.

5.4.2. O profissional designado como preposto deverá demonstrar capacidade gerencial e conhecimento em gestão de pessoas e informática, de forma a administrar a equipe disponibilizada pela Contratada e fornecer informações com presteza à equipe de fiscalização contratual.

5.4.3. As atribuições de recebimento de demandas pelo preposto visam descaracterizar qualquer relação direta de subordinação entre a Administração e os funcionários da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – FORMA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Os serviços serão executados nas instalações da sede administrativa da EMSERH, conforme ANEXO I do Termo de Referência do Processo Administrativo nº 109414/2016/EMSERH.

6.2. Os serviços deverão ser prestados de segunda a sexta-feira, de 07h00min. às 19h00min.

6.3. Os horários da prestação de serviço podem sofrer alterações pela equipe de fiscalização do contrato, sendo respeitado o intervalo interjornada e intrajornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.

6.4. Os Serviços serão executados nas áreas internas, esquadrias externas e internas, e áreas externas.

6.4.1. Considerar-se-á área externa aquela não edificada, mas integrante do imóvel.

6.5. Os serviços serão executados pela empresa na seguinte frequência:

ÁREAS INTERNAS:

6.5.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

6.5.1.1. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.

6.5.1.2. Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes;

6.5.1.3. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;

6.5.1.4. Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;

6.5.1.5. Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;

6.5.1.6. Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

6.5.1.7. Varrer os pisos de cimento;

6.5.1.8. Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;

6.5.1.9. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;

6.5.1.10. Limpar os elevadores com produtos adequados;

6.5.1.11. Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;

6.5.1.12. Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente;

6.5.1.13. Limpar os corrimãos;

6.5.1.14. Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;

6.5.1.15. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

6.5.2. DIARIAMENTE, DUAS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

6.5.2.1. Efetuar a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneantes adequados;

6.5.2.2. Limpar com saneantes adequados os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas;

6.5.2.3. Retirar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração.

6.5.3. SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

6.5.3.1. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

6.5.3.2. Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;

6.5.3.3. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados à óleo ou verniz sintético;

6.5.3.4. Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;

6.5.3.5. Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;

6.5.3.6. Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;

6.5.3.7. Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;

6.5.3.8. Passar pano úmido com saneantes adequados nos telefones;

6.5.3.9. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;

6.5.3.10. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

6.5.4. SEMANALMENTE, DUAS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

6.5.4.1. Limpar os espelhos com pano umedecido em detergente neutro ou limpa vidros.

6.5.5. MENSALMENTE, UMA VEZ:

6.5.5.1. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;

6.5.5.2. Limpar forros, paredes e rodapés;

6.5.5.3. Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;



Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

6.5.5.4. Limpar persianas com produtos adequados;

6.5.5.5. Remover manchas de paredes;

6.5.5.6. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);

6.5.5.7. Efetuar revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

6.5.6. ANUALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

6.5.6.1. Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;

6.5.6.2. Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;

6.5.7. ANUALMENTE, DUAS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

6.5.7.1 Lavar as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.

ESQUADRIAS EXTERNAS E INTERNAS:

6.5.8. QUINZENALMENTE, UMA VEZ:

6.5.8.1 Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando produtos anti-embaçantes.

ÁREAS EXTERNAS

6.5.9. DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

6.5.10.1. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;

6.5.10.2. Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

6.5.10.3. Varrer as áreas pavimentadas;

6.5.10.4. Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente.

6.5.10.5. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

6.5.10. DIARIAMENTE, DUAS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

6.5.10.1. Retirar o lixo, duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração.

6.5.11. SEMANALMENTE, UMA VEZ:

- 6.5.11.1. Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- 6.5.11.2. Lavar com detergente, encerar e lustrar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- 6.5.11.3. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes; e
- 6.5.11.4. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

6.5.12. MENSALMENTE, UMA VEZ:

- 6.5.12.1. Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento; e
- 6.5.12.2. Efetuar a capina e roçada, retirar de toda área externa plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas.
- 6.5.12.3. Os serviços de paisagismo com jardinagem, adubação, aplicação de defensivos agrícolas não integram a composição de preços contemplados por este Contrato, devendo receber tratamento diferenciado.

6.6. Conforme Plano de Trabalho, as seguintes tarefas gerais devem ser observadas por todas as categorias:

- 6.6.1. Cumprir e fazer cumprir o código de conduta e o regimento interno, bem como as demais ordens da administração da EMSERH;
- 6.6.2. Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;
- 6.6.3. Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, e ser assíduo ao trabalho;
- 6.6.4. Atender a todos com cortesia e presteza, prestando-lhes as informações pertinentes ao funcionamento do seu local de trabalho;
- 6.6.5. Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação, exceto quando manifestamente ilegais;
- 6.6.6. Conservar as dependências do seu local de trabalho em perfeito estado de boa apresentação;
- 6.6.7. Preservar os móveis e equipamentos utilizados no serviço, informando ao responsável qualquer eventualidade que observe;
- 6.6.8. Comunicar à segurança a presença de estranhos no local de trabalho, avisando sempre que houver a informação ou suspeita de incêndio, arrombamento, furto e quedas de materiais ou pessoas;
- 6.6.9. Manter sigilo das informações a que tiver acesso;

6.6.10. Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para exercício de suas funções, não se afastando deste local, salvo em situações de absoluta necessidade;

6.6.11. Observar prazo estipulado para execução de suas tarefas;

6.6.12. Apresentar-se sempre com crachá;

6.6.13. Usar o uniforme, zelando por sua conservação e comunicando ao preposto a necessidade de reposição;

6.6.14. Reportar-se ao preposto, com a devida antecedência, para comunicação de possíveis atrasos, faltas ou quaisquer eventualidades.

6.7. São vedadas as seguintes condutas aos colaboradores lotados na sede administrativa da EMSERH:

6.7.1. Opor resistência injustificada à ordem e/ou orientação emanada pelo preposto;

6.7.2. Cometer a pessoa estranha à sede administrativa da EMSERH, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

6.7.3. Proceder de forma desidiosa;

6.7.4. Utilizar recursos materiais da sede administrativa da EMSERH em serviços ou atividades particulares;

6.7.5. É expressamente proibida a circulação de profissionais sem identificação nas dependências da sede administrativa da EMSERH;

6.8. É vedado ao preposto o não cumprimento de solicitação e/ou orientação da equipe de fiscalização do contrato, bem como o não repasse das orientações recebidas aos prestadores de serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO UNIFORME:

7.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento de uniforme completo aos seus empregados, devendo a primeira entrega acontecer no dia de início da prestação dos serviços;

7.2. A entrega adicional dos uniformes ocorrerá a cada seis meses ou sempre que necessário, sendo acionada a qualquer tempo pela equipe de fiscalização do contrato. Os uniformes substituídos serão recolhidos pela Contratada;

7.2.1. Os uniformes dos funcionários demitidos serão recolhidos pela contratada.

7.3. Os uniformes deverão ser entregues a todas as categorias profissionais mediante recibo (relação nominal, impreterivelmente assinada e datada por profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à equipe de fiscalização;

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

7.3.1. No ato da entrega dos uniformes aos colaboradores, caso seja necessário efetuar ajustes e consertos, estes deverão ocorrer até em 15 dias corridos após a entrega, sendo que eventuais despesas deverão ser arcadas pela Contratada, sendo vedado o repasse dos custos aos profissionais.

7.4. Todos os itens dos uniformes (modelos, tecidos e etc.) deverão ser aprovados antecipadamente pela equipe da fiscalização contratual como medida de conformidade.

7.5. Ocorrendo a gravidez de alguma colaboradora, o uniforme deverá ser adequado à sua situação, devendo também ser aprovado pela equipe da fiscalização;

7.6. Havendo possibilidade de opção de itens do uniforme, o colaborador deverá ser previamente consultado para realizar a escolha;

7.7. Descrição dos UNIFORMES para sede administrativa da EMSERH:

DESCRIÇÃO	QUANT. SEMESTRAL	UND.	COR
PREPOSTO – MASCULINO			
Calça comprida com zíper, modelo social, da mesma cor e tecido do paletó, quatro bolsos, em microfibra ou two way, com presilhas para cinto.	02	Und.	Azul Marinho ou preto
Camisa social, em microfibra ou tricoline com elastano, manga comprida, com botões nos punhos e emblema da empresa bordado no lado esquerdo superior. Deverá ter tecido selando o bordado pelo avesso, evitando o atrito.	03	Und.	Branca ou azul claro
Cinto, modelo social, em couro com fivela.	01	Und.	Preta
Meia social (cano curto).	05	Pares	Preta
Calçado em couro preto, tipo social, palmilha conforto, salto baixo, solado antiderrapante.	02	Und.	Preta
PREPOSTO – FEMININO			
Calça, modelo social feminino, de mesmo tecido e cor do paletó, com fechamento frontal por zíper.	02	Und.	Azul Marinho ou preto
Camisa social, em microfibra ou tricoline com elastano, manga comprida, com botões nos punhos e emblema da empresa bordado no lado esquerdo superior. Deverá ter tecido selando o bordado pelo avesso, evitando o atrito.	02	Und.	Azul Marinho ou preto
Meia social (longa), fio 40 ou 80.	05	Pares	Preta
Calçado em couro, tipo scarpin ou boneca, fechado, salto de até 5 cm, palmilha conforto, solado antiderrapante.	02	Par	Preta
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MASCULINO			
Jaleco tactel ou gabardine ou tecido maleável e resistente com manga curta, botões, bolso lado esquerdo superior e bolsos frontais, com emblema da empresa bordado no lado esquerdo superior. Deverá ter tecido selando o bordado pelo avesso, evitando o atrito.	02	Und.	Azul Marinho ou preto
Calça comprida com elástico e cordão na cintura, em tactel ou gabardine ou tecido maleável e resistente.	02	Und.	Azul Marinho ou preto
Meia algodão, tipo ¾, com compressão.	05	Pares	Branca

Bota, cor preta, cano curto, solado antidesslizante e antiderrapante, para atividades com água e produtos químicos diluídos ou não.	02	Pares	Preto
Avental grande, em vinil siliconado – medidas aproximadas 70 cm X 110 cm.	01	Und.	Azul Marinho ou preto
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO			
Colete tactel ou gabardine ou tecido maleável e resistente com botões, bolsos frontais na altura da cintura, com emblema da empresa bordado no lado esquerdo superior. Deverá ter tecido selando o bordado pelo avesso, evitando o atrito.	02	Und.	Azul Marinho ou preto
Camiseta malha fria, com emblema da empresa bordado no lado esquerdo superior. Deverá ter tecido selando o bordado pelo avesso, evitando o atrito.	02	Und.	Azul royal ou cinza mescla
Calça comprida com elástico e cordão na cintura, em tactel ou gabardine ou tecido maleável e resistente.	02	Und.	Azul Marinho ou preto
Meia algodão, tipo ¾, com compressão.	05	Pares	Branca
Bota, cor preta, cano curto, solado antidesslizante e antiderrapante, para atividades com água e produtos químicos diluídos ou não.	02	Pares	Preto
Avental grande, em vinil siliconado – medidas aproximadas 70 cm X 110 cm.	01	Und.	Azul Marinho ou preto

CLÁUSULA OITAVA – DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS/UTENSÍLIOS

8.1. Os bens de propriedade da EMSERH disponíveis em cada área de serviço serão colocados à disposição da Contratada, que deverá zelar em conjunto com a equipe de fiscalização por sua guarda e conservação;

8.2. A empresa deverá arcar com as despesas de materiais e equipamentos de limpeza e higienização necessários à execução dos serviços;

8.3. O quantitativo, os tipos e marcas referenciais de materiais e equipamentos/utensílios a serem utilizados pela Contratada deverão ser especificados em anexo da proposta comercial, com preços individualizados, compondo o valor do lance apresentado em espaço próprio da planilha de custos e formação de preços dos postos de trabalho alocados para a execução dos serviços;

8.4. A Contratada será responsável pelo fornecimento e instalação de dispensers de papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido nos banheiros da sede administrativa da EMSERH;

8.5. Todos os equipamentos/utensílios e materiais devem ser adequados conforme a área da sede administrativa da EMSERH;

8.6. Relação exemplificativa dos materiais e equipamentos:

8.6.1. MATERIAIS DE CONSUMO MENSAL:

	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1.	Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70, apresentação	LITRO

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

	líquido.	
2.	Aromatizante líquido, galão de 5 litros perfumes variados.	LITRO
3.	Cera, para polimento de piso, líquida, incolor embalagem com no mínimo 750 ml, caixa com 12 unidades	CAIXA
4.	Desinfetante para vaso sanitário.	LITRO
5.	Detergente lava louça, biodegradável, consistente, aroma natural, frasco de 500 ml.	UND.
6.	Detergente concentrado para lavar piso	LITRO
7.	Fibra limpeza branca limpeza leve	UND.
8.	Fibra abrasiva para limpeza de uso geral, produto não – tecido á base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova de água, medida: 102x260 mm.	
9.	Flanela para limpeza, 100% de algodão, lisa, medindo 56x38cm.	UND.
10.	Hipoclorito de sódio, aspecto físico líquido, concentração teor mínimo de 5 de cloro ativo	LITRO
11.	Limpador concentrado para limpeza pesada - 500 ml. Composição: dodecil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservante. Número de registro junto ao Ministério da saúde ou ANVISA.	UND.
12.	Limpador neutro com aromatizante para piso, composição hidróxidos, sequestrantes e umectantes, odor característico, biodegradável, aplicação para ser utilizado em limpeza e em superfícies fixas na remoção de matérias orgânicas.	UND.
13.	Limpa-vidros, aspecto físico líquido, composição laurel éter, sulfato de sódio, pulverizador com gatilho.	UND.
14.	Lustra móveis biodegradável - forma sobre as superfícies, uma fina película que ajuda a proteger os móveis contra marcas de água, além de diminuir a aderência da poeira, facilitando a manutenção da limpeza dos móveis. Limpa, perfuma e dá brilho. Frasco c/ 500 ml. Fragrâncias diversas.	FRASCO
15.	Luvas de segurança PVC com forro de algodão, cano médio (15 a 20cm), para atividades com água e produtos químicos diluídos ou não (de acordo com a necessidade do serviço).	UND.
16.	Pano de chão em algodão, branco, medindo 40x67 cm.	UND.
17.	Pano de limpeza multiuso, antibacterial, tamanho 60x33.	UND.
18.	Papel higiênico 300 metros, cor branca, macio e não reciclado (fardo com 8 rolos).	FARDO
19.	Papel toalha interfolhas contém 1000 folhas de 20,5cm x 22,0cm cada, 4 maços de 250 toalhas com duas dobras, cor branca. Qualidade igual ou superior a Aro	PACOTE
20.	Polidor de metal, de 1ª qualidade, acondicionado em lata de 200 ml. Composto de agente de polimento, solvente de petróleo, oleina, hidróxido de amônio e essência.	
21.	Refil para suporte limpa vidros.	UND.
22.	Removedor de sujeira, capacidade de 1 litro.	LITRO
23.	Sabonete líquido, aspecto físico viscoso, com fragrância suave de lavanda. Aplicação: para higienização e hidratação da pele.	LITRO

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

	Frasco de 5 litros. Qualidade igual ou superior a Verse.	
24.	Saco para lixo, de polietileno com capacidade para 100 litros, na cor preta. Embalagem com 100 unidades. O produto deve estar em conformidade com as normas da ABNT/NBR 9190/9191/13055/13056.	PACOTE
25.	REFIL ÁLCOOL EM GEL 70 INPM, antisséptico, (ação antimicrobiana) com glicerina, não irritante, para desinfecção das mãos, uso contínuo, secagem rápida das mãos sem auxílio de panos ou toalhas de papel, embalagem com dados do fabricante, composição e prazo de validade mínima de 06 (seis) meses, contados da data de entrega; Unidade : Embalagem plástica flexível contendo 800 ml, própria para dispenser.	UND.
26.	REFIL DE SABONETE LÍQUIDO CREMOSO E OPACO, com aroma suave e pH neutro, embalagem contendo dados do fabricante, composição e prazo de validade mínima de 06 (seis) meses, contados da data de entrega. Embalagem plástica flexível contendo 800 ml, própria para dispenser.	UND.

8.6.2. EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS ANUAIS/MANUTENÇÃO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL:

	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1.	Balde de plástico com alça e capacidade mínima de 13 L. Qualidade igual ou superior a Plasutil.	UND.
2.	Carrinho de carregar material de limpeza, em polipropileno, com rodinhas, suporte com saco de lixo com capacidade para 90 L, aproximadamente, duas bandejas, lugar para colocar balde com espremedor. O carrinho deverá conter os seguintes acessórios: 01 balde espremedor de 30 litros, aproximadamente, com divisão para água limpa e água suja; 01 conjunto Mop líquido (01 cabo em alumínio, 01 haste, 01 refil mop líquido 320g, aproximadamente,); 01 pá coletora pop; 01 conjunto Mop Pó (01 cabo em alumínio, 01 armação, 01 refil Mop pó de aproximadamente 60 cm); 01 placa de sinalização para piso molhado composto de material pvc, comprimento 65, altura 30, dobrável, frente e verso, " cuidado, piso molhado", acabamento superficial letras pretas, cor amarela.	UND.
3.	Desentupidor de vaso sanitário, composto por polipropileno e borracha termoplástica, cabo longo, com alto poder de sucção.	UND.
4.	Enceradeira, alta tecnologia em conservadores de piso, alto rendimento, baixo consumo, maior resistência e durabilidade. Motores superdimensionados, câmaras de transmissão por engrenagens helicoidais, o mais atual e resistente sistema utilizado em conservadores de piso, câmara com lubrificação permanente, maior toque e baixo consumo de energia, facilidade na operação, silenciosa e de fácil manuseio, melhor solução de limpeza e conservação de áreas industriais, comerciais, residenciais, hospitalares e os mais diversos ambientes. Cabo em aço com pintura eletrostática, caixa de ligação em plástico termo resistente, alavancas de acionamento	UND.

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

	em plástico ABS. Motores bivolt monofásicos enrolados a cobre, superdimensionados para cada modelo. Sistema único de câmara de transmissão por engrenagens helicoidais de nylon tecnew com lubrificação permanente. Obedecendo todas as exigências ABNT. Alimentação: 220 V. Capacidade operacional: 1.500 m². Peso 30 kg. Dimensões (diâmetro x altura): 350 x 1100 mm. Rotação da escova: 175 rpm. Escova: 350 mm. Comprimento do fio: 12 m. Acompanha: 1 escova de nylon para lavar, um suporte para discos de fibra e manual de instrução. Garantia de 12 meses.	
5.	Escada extensível dobrável em alumínio, modelo 2x6. altura máxima 3,30m altura mínima 1,93m, profundidade aberta i,35m profundidade' fechada 0,11 cm, capacidade mínima de carga 150 kg. número de posições: 3, com 12 degraus, material dos pés em polipropileno emborrachado. Aprovado pelo INMETRO.	UND.
6.	Escova plástica, resistente, com cerdas em nylon, para uso interno em vaso sanitário, formato arredondado, na cor branca, com suporte, medindo aproximadamente 14 x 42 cm.	UND.
7.	Escovão para piso, tipo esfregão, com cerdas duras, base em plástico medindo de 30 a 40 cm, com cabo de metal, medindo aproximadamente 1,40, ideal para limpeza pesada de piso.	UND.
8.	Mangueira, trançada com fio de poliéster, Comprimento de 50 metros, diâmetro interno 3/4"(18,5mm), espessura da parede 2,5mm."	
9.	Pá de plástico com cabo longo.	UND.
10.	Rodo para piso, cepa em polipropileno com dimensão aproximada de 60 cm, cabo em alumínio, quantidade de borrachas 1.	UND.
11.	Vassoura, cerdas em piaçava, base retangular em madeira largura 220 mm, com 22 furos, cabo em madeira comprimento 1100 mm, variação dimensional de +/- 5%. O produto deverá ter identificação da marca do fabricante.	UND.
12.	Vassourinha para vaso sanitário com cerdas de nylon, com suporte, em pvc. Cor clara.	UND.
13.	Máscara facial transparente. Protetor facial de segurança constituído de coroa e carneira de plástico com regulagem de tamanho através de ajuste simples e visor de plástico incolor com cerca de 240mm de largura, 245mm na parte inferior e 200mm na altura ou 210mm de largura, 210mm na parte inferior e 250mm na altura. o visor largura, 210mm na parte inferior e 250mm na altura. o visor carneira presa à coroa através de dois parafusos plásticos. com certificado de aprovação expedido pelo ministério do trabalho. protetor facial de segurança em acrílico (incolor).	UND.
14.	Óculos de segurança lente incolor - modelo: contra impacto, armação: nylon, haste: ajustável, lente: fixa, em policarbonato, tratamento anti-risco, tamanho único.	UND.
15.	Lixeira 60 litros cinza com tampa pivotante. Lixeira retangular confeccionada em polipropileno, polietileno ou fibra de vidro com espessura mínima de 3 mm (milímetros) , com acabamento	UND.

	na cor cinza no padrão coleta seletiva. Tampa pivotante ou vaivem (giratória) no mesmo material e cor. Sinalização pintada com símbolo e texto "LIXO COMUM", no padrão coleta seletiva. Dimensões: 36,5 x 36,5 x 69cm. Variação dimensional de 5%.	
16.	Longarina contendo 05 coletores de 60 litros cada, com tampa tipo capacete fixa no corpo da lixeira por dobradiças metálicas resistentes à corrosão, produzida pelo processo de injeção em plástico polietileno de alta densidade com matéria prima 100% virgem, cor estabilizada contra ação dos raios ultravioletas, com boca de descarte projetada para não infiltrar água de chuva; furo na parte inferior do corpo do coletor para escoamento de líquidos, formato retangular, dimensões: 68x28x24cm, nas cores verde, azul, amarelo, vermelho e cinza etiquetados em lugar visível com o símbolo do material a ser coletado (papel, plástico, metal, vidro e resíduos gerais), conforme modelo e especificações da NBR 7500 e Resolução 275 do Conama de 25.04.2001, assentados em estrutura metálica em aço carbono 1020 galvanizado na cor cinza ou preta.	UND.
17.	Dispenser para sabonete líquido. Constituído em plástico com alta resistência ao impacto. Material em abs de baixa densidade. Design moderno. Sistema de fechamento exclusivo que dispensa chave. Aceita refil ou reservatório para abastecer. Habitáculo, com todas as paredes revestidas a qual garante higiene, evitando umidade e poeira. Visor central transparente para facilitar a visibilidade do sabonete, facilitando o abastecimento. Compatível com refil e reservatório de sabonete líquido.	UND.
18.	Dispenser para papel toalha. Possui sistema de auto corte que evita o toque com as mãos no aparelho. Fabricado em material termoplástico de alta qualidade e resistência ao impacto. Fácil instalação com parafusos e buchas inclusas. Suporta rolos de até 173 mm de diâmetro.	UND.
19.	Dispensador em material plástico abs, para acondicionar bolsas de álcool gel, equipamento com travas laterais com pressão, dosador e visor para controle de volume, com suporte de parede. Equipamento compatível com as bolsas de álcool gel.	UND.

8.7. Os materiais e utensílios/equipamentos listados são exemplificativos, devendo seu fornecimento ser realizado em quantidade suficiente para o perfeito atendimento dos serviços;

8.8. Os utensílios/equipamentos e materiais exemplificados neste Contrato e descritos na proposta comercial não excluem outros que posteriormente se façam necessários à boa execução dos serviços, obrigando-se a Contratada a executá-los prontamente como parte integrante de suas obrigações;

8.9. A responsabilidade pela guarda e manuseio dos materiais a serem utilizados na prestação dos serviços ficará a cargo da Contratada, devendo seu uso ser acompanhado pela Administração da EMSERH;

8.10. O fornecimento do material de consumo em quantidade insuficiente faculta a EMSERH a efetuar glosa do valor correspondente ao item discriminado em proposta comercial na fatura do mês em que o fato ocorrer, sem prejuízo da aplicação da respectiva penalidade;

8.11. Não será permitida a retirada dos materiais de consumo disponibilizados a sede administrativa da EMSERH sem anuência da equipe de fiscalização do contrato;

8.12. A Contratada somente poderá disponibilizar material de limpeza e outros produtos químicos necessários à realização dos serviços que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes e em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, água e esgoto e todas as demais existentes;

8.13. A Contratada deverá manter estoque mínimo de material nas dependências da EMSERH para que os serviços não sofram descontinuidade, em espaço a ser disponibilizado, sendo que esses materiais serão de inteira responsabilidade da Contratada quanto à guarda e ao manuseio;

8.14. Nas situações em que eventualmente não se tenha material estocado, a Contratada deverá providenciar sua reposição em no máximo 8 (oito) horas, exceto nos casos considerados urgentes em que deverá providenciar em até 1 (uma) hora.;

8.15. Na execução dos serviços deve ser obedecida a RDC nº 306 de 7 de Dezembro de 2004 da ANVISA.

8.16. Os materiais a serem utilizados deverão ter a aprovação do setor competente da EMSERH.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar os serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Edital;

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.3. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

9.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor, forma e prazos ajustados;

9.5. Gerenciar o presente contrato, acompanhar, fiscalizar, conferir, atestar o fornecimento e avaliar as obrigações da licitante, bem como o preço e a descrição do objeto contratado, conforme as condições ajustadas neste Contrato, através de servidor designado pela autoridade competente indicado pela EMSERH;

9.6. Convocar/Notificar a CONTRATADA, para sanar possíveis irregularidades ocorridas na execução do presente contrato;

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

9.7. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos.

9.8. Não permitir que "outrem" cumpra as obrigações a que se sujeitou (aram) a (s) contratada (s);

9.9. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para a execução dos serviços a cargo da CONTRATADA, dando-lhe acesso às instalações da sede administrativa da EMSERH;

9.10. Fornecer a Contratada, Ordem de Serviço com a definição do serviço a ser realizado, devidamente assinada por funcionário autorizado.

9.11. Disponibilizar instalações sanitárias;

9.12. Disponibilizar vestiários com armários guarda-roupas;

9.13. Destinar local para guarda dos saneantes adequados, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

9.14. Receber da Contratada a Ordem de Serviço devidamente preenchida com relato dos serviços executados.

9.15. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela Contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Contrato e de sua proposta, com os recursos necessários para seu perfeito cumprimento;

10.2. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros;

10.3. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na EMSERH;

10.4. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a EMSERH para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

10.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

10.6. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

10.7. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da EMSERH ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

10.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste contrato.

10.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.13. Implantar os serviços contratados no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do início da vigência do contrato, de acordo com as condições estabelecidas e conforme especificações deste termo, podendo ser prorrogado a critério da Diretoria Administrativa.

10.14. Se responsabilizar pelo transporte dos prestadores de serviço no caso de greve, paralisação ou qualquer outra perturbação no transporte público, providenciando que os colaboradores cheguem a EMSERH em horário hábil para o trabalho.

10.15. Substituir sempre que exigido, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a notificação mediante justificativa por parte do setor competente, qualquer empregado, inclusive o preposto, cuja atuação, permanência e/ou comportamento seja julgado prejudicial e ou inconveniente à disciplina do serviço.

10.16. Suprir, no prazo máximo de 2 horas após a comunicação do setor competente, a falta de qualquer posto de trabalho.

10.17. Encaminhar ao setor competente, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação dos empregados que usufruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los.

10.18. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios, encaminhando, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início da execução do contrato, cópia do PCMSO e PPRA da empresa e contato do SESMT à equipe de fiscalização do contrato.

10.19. Comunicar a equipe de fiscalização do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, exemplo: alteração nos sócios, mudança de endereço e etc. durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.

10.20. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, em agências bancárias situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorrerá a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

10.20.1. Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto no item acima, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração possa verificar a realização do pagamento.

10.21. Fixar o dia para o pagamento dos benefícios de vale-alimentação e vale-transporte, informando esta data por escrito à equipe de fiscalização do contrato.

10.22. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

10.23. Em caso de prorrogação de contrato, ao final de 24 (vinte e quatro) meses de execução contratual nenhum prestador de serviço lotado na EMSERH, poderá estar com férias vencidas.

10.24. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

10.25. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela equipe de fiscalização.

10.26. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança para execução dos serviços quando necessário.

10.27. Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade de seus funcionários.

10.27.1. Para controle do horário de entrada e saída dos prestadores de serviço a Contratada deverá instalar Sistema de Registro de Ponto Eletrônico – SREP conforme artigo 74, § 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

10.27.2. O controle e a fiscalização devem seguir fielmente a Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego.

10.27.3. A Contratada deverá disponibilizar em cada 1 (um) Registrador de Ponto Eletrônico, que deverá ser biométrico e operar em modo off-line.

10.27.4. O Registrador de Ponto Eletrônico deverá ser instalado nas dependências da EMSERH no prazo de 15 dias após iniciado o contrato, devendo a Contratada arcar inclusive com os custos de instalação e manutenção do registrador.

10.28. Ministras ou arcar, a cada 6 (seis meses), com os custos da participação dos profissionais contratados em curso de reciclagem com tema a ser definido pela equipe da fiscalização do contrato, devendo apresentar os certificados de conclusão.

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

- 10.29. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas CTPS;
- 10.30. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 10.31. Manter sediados junto à Administração, durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 10.32. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e substituir os danificados em até vinte e quatro horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- 10.33. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, entre outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;
- 10.34. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- 10.35. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, os quais devem permanecer no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços pela CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- 10.36. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 10.37. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 10.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 10.39. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 10.40. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, em qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.41. Adotar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- 10.42. Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da EMSERH;

10.43. Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Uso de produtos de limpeza e conservação que obedçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e a RDC nº 306/2004;
- d) Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
- e) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- f) Utilização, na lavagem de pisos, sempre que possível, de água de reuso ou outras fontes (águas de chuva e poços), desde que certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros;
- g) Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e,
- h) Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

10.44. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada.

10.45. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa no 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

10.46. Cumprir a legislação vigente sobre saúde e segurança do trabalho, no que tange aquisição e fornecimento de EPI NR 06 e treinamento de pessoal quanto ao manuseio de produtos químicos.

10.47. A Contratada ficará obrigada ao pagamento de vale-alimentação e vale-transporte, ainda que não previsto em acordo com convenção coletiva de trabalho.

10.48. A contratada ficará obrigada a pagar o valor da remuneração dos empregados não podendo ser inferior ao previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou ao fixado pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO:

11.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo da prestação de serviço, e de acordo com as condições constantes neste contrato, mediante a apresentação de Nota/Fatura, correspondente, em consonância com as demais exigências administrativas em vigor, através de transferência bancária, **BANCO: BANCO DO BRASIL (001) – AGÊNCIA: Nº 5789-4 – CONTA CORRENTE: Nº 1406-0**, em favor da CONTRATADA;

11.2. Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE em parcelas mensais, mediante a apresentação da fatura/nota fiscal correspondente. A fatura e a nota fiscal serão protocolizadas na EMSERH até o quinto dia útil subsequente ao mês da execução dos serviços, através de ofício,

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

encaminhado à EMSERH, devendo ainda conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes.

11.3. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal e da Fatura e demais documentação necessária ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponder os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade.

11.4. A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal as especificações dos serviços executados de modo idêntico àquelas constantes do objeto do Contrato e da Ordem de Serviço.

11.5. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar no Protocolo da EMSERH os documentos abaixo relacionados, no que couber;

- a) Solicitação da Empresa;
- b) Nota Fiscal Eletrônica ou fatura acompanhada obrigatoriamente das seguintes comprovações:

I - Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do parágrafo quarto do Art.31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995;

II - Da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 29 da Lei 8.666/93, e;

III - Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

- c) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
- g) Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição de Débitos da Dívida Ativa;
- h) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao ISS e Imposto sobre serviço de qualquer natureza - IQN ou equivalente;
- i) Certidão Negativa de Dívida Ativa Relativos aos Tributos ISS e TLVF ou equivalente; (Instrução Normativa Municipal 04/2015 – GS)

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

j) Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, nos moldes do Decreto nº 4.358 de 05 de setembro de 2002, em atendimento ao art. 7º XXXIII da CF/88 e no Art. 27, V, Lei nº 8.666/93;

- k) ALVARÁ de Funcionamento;
- l) Certidão Negativa de Débitos da CAEMA;
- m) Cópia do Contrato;
- n) Portaria de Fiscal de Contrato
- o) Publicação de Portaria do Fiscal de Contrato
- p) Cópia do Termo de Prorrogação / Aditivo
- q) Publicação do Termo Aditivo
- r) Portaria do Fiscal de Contrato do Termo Aditivo
- s) Publicação do Fiscal de Contrato do Termo Aditivo
- t) Cópia da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento;
- u) Relatório de Acompanhamento do Fiscal do Contrato;
- v) Cronograma Físico Financeiro do Contrato
- w) Para optantes do Simples Nacional: Declaração comprobatória conforme exigido pela Receita Federal - RFB.

Obs: Informações que deverão constar na nota fiscal de prestação de serviços:

a) As retenções na fonte e suas alíquotas, b) Alíquota do Simples Nacional. (ISS), c) Local da Prestação dos Serviços e d) Código do serviço e sua descrição.

11.6. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11.7. A Nota Fiscal e a Fatura serão atestadas pela CONTRATANTE através do Fiscal do Contrato, observadas as normas estabelecidas neste Contrato.

11.8. A Nota Fiscal e Fatura deverá vir acompanhada dos relatórios de serviços executados e não será liberada para pagamento se houver falta ou pendência dos check-list de manutenção preventiva e relatórios de manutenção corretiva ou qualquer outro documento necessário para efetivação do pagamento.

11.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios

proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula: **EM = I x N x VP.**

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO

12.1. Será admitida, por solicitação da Contratada, a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data do orçamento a que a proposta de preços se referir, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, de acordo com o artigo 5º do Decreto nº 2.271, de 1997, e com os dispositivos aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 30 de abril de 2008.

12.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão-de-obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

12.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

12.4. A repactuação não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

12.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

12.6. O aumento dos custos da mão-de-obra decorrente de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deverá ser integralmente repassado ao preço repactuado, exceto na hipótese descrita no subitem abaixo.

12.7. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

12.8. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

- a) Para a primeira repactuação:
 - b) Para os custos relativos à mão-de-obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir do dia correspondente à data da vigência dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo à categoria profissional abrangida pelo contrato.
 - c) Para os custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir do dia correspondente à data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
 - d) Para as repactuações subsequentes à primeira: a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação ocorrida ou preclusa.
- 12.9. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão-de-obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 12.10. Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 12.11. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Contrato.
- 12.12. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido registrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão.
- 12.13. Ao solicitar a repactuação, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços contratados da seguinte forma:
- 12.14. Quando a repactuação se referir aos custos da mão-de-obra: apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato, acompanhado da demonstração analítica da variação dos custos.
- 12.15. Quando a repactuação se referir a insumos e materiais, exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- 12.16. Quando a repactuação se referir aos demais custos: Planilha de Custos e Formação de Preços que comprove o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:
- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração.
 - b) As particularidades do contrato em vigência.
 - c) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.
- 12.17. O órgão contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

12.18. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- d) Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

12.19. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- b) O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela EMSERH para a comprovação da variação dos custos.

12.20 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE:

13.1 É admitido o reajustamento dos preços dos contratos de serviços continuados, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

13.2 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo utilizada a seguinte fórmula.

$$R = \frac{(I-I_0)}{I_0} \cdot P$$

I₀

Onde:

- a) Para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do novo reajuste da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços.

- b) Para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I0 = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço atual dos serviços/produtos até o último reajuste efetuado.

13.3 Os valores dos serviços pactuados somente poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação da proposta.

13.4 Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação legal.

13.5 O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta.

13.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, à anualidade será contada da data do último reajuste.

13.7 A prorrogação contratual sem prévio pedido de reajuste ratifica todas as cláusulas contratuais, operando-se a preclusão lógica quanto a eventuais pleitos de atualização de preços.

13.8 O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e dos preços contratados.

13.9 Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que poderão ser formalizados por Aditamento.

13.10 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato, conforme artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO VALOR: O valor total para o objeto deste Contrato é de **R\$ 227.597,40 (duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais e quarenta centavos)**, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS:

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.4. Cometer fraude fiscal;

15.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

15.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa de:

15.2.2.1. 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na entrega ou execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.2.2.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, no caso de atraso na entrega do objeto ou execução dos serviços, por período superior ao previsto no item anterior, limitado a 15 (quinze) dias subsequentes. Após o trigésimo primeiro dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.2.2.3. De até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

15.2.2.4. 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

15.2.2.5. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nos itens 15.2.2.1 a 15.2.2.3, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7,5% (sete e meio por cento).

15.2.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a EMSERH, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a EMSERH pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

15.3.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

15.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como a não manutenção das condições de habilitação e o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.6.1. Até que a Contratada comprove o disposto no item acima, a EMSERH deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à EMSERH serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a EMSERH determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. O cálculo das multas poderá se basear na gradação prevista nas tabelas de infrações abaixo:

TABELA – PERCENTAGEM PARA MULTA:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (em relação ao valor mensal do contrato)
1	0,06%
2	0,2%
3	0,3%
4	0,4%
5	0,6%
6	1%

TABELA – INFRAÇÕES:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a	3	Por empregado e

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

	execução dos serviços		por dia
3	Suspender ou interromper, em sua totalidade, os serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito	6	Por ocorrência e por dia
4	Subcontratar o serviço	6	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da EMSERH para fins diversos do objeto do contrato	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela equipe de fiscalização, sem motivo justificado	4	Por ocorrência
8	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem anuência prévia da EMSERH .	4	Por empregado e por dia
9	Reter documentos pessoais de seus empregados	3	Por ocorrência e por dia
10	Efetuar o pagamento de verbas trabalhistas em desacordo com a proposta apresentada ou determinação normativa, inclusive das Convenções Coletivas aplicáveis às categorias.	5	Por ocorrência e por dia
11	Indicar preposto sem treinamento, qualificação e/ou remuneração compatíveis com a função.	3	Por ocorrência e por dia
12	Demora injustificada no atendimento das solicitações emanadas da equipe de fiscalização	2	Por ocorrência e por dia

PARA OS ITENS SEGUINTE, DEIXAR DE:			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	1	Por empregado e por dia
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	3	Por ocorrência
15	Manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por item e por ocorrência
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela equipe de fiscalização	4	Por ocorrência
17	Cumprir determinação da equipe de fiscalização para controle de acesso de seus funcionários	1	Por ocorrência
18	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe da fiscalização	4	Por ocorrência
19	Efetuar a reposição de funcionários faltosos	4	Por empregado e por ocorrência
20	Efetuar o pagamento de salários, vale transportes, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionada à execução do contrato nas datas avençadas	6	Por ocorrência e por dia
21	Entregar o uniforme aos funcionários no prazo estipulado no contrato	3	Por empregado e por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	6	Por ocorrência e por dia
23	Entregar no prazo os esclarecimentos formais	4	Por ocorrência e

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

	solicitados para sanar as inconsistências e dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida pela equipe de fiscalização		por dia
24	Observar determinação da legislação trabalhista	6	Por ocorrência
25	Registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados	6	Por empregado e por ocorrência
26	Fornecer meios para que seus funcionários cumpram as tarefas gerais ou específicas previstas para cada posto de trabalho	1	Por ocorrência
27	Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança para execução dos serviços, quando necessário.	4	Por empregado e por ocorrência
28	Cumprir as políticas de segurança da Emserh	2	Por ocorrência
29	Recolher as contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS	6	Por empregado e por ocorrência
30	Utilizar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA	6	Por ocorrência
31	Realizar a separação dos materiais recicláveis e descartáveis	2	Por ocorrência
32	Permitir que as lixeiras suportem detritos acima de sua capacidade	2	Por ocorrência
33	Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, a relação detalhada dos materiais de consumo utilizados naquele período, com indicativo dos quantitativos e marca.	2	Por ocorrência

15.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.11. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação serão previstas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

16.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério da EMSERH.

16.2. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a EMSERH fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia. As parcelas retidas serão depositadas junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da EMSERH.

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

16.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

16.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

16.6. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta específica com correção monetária, em favor da EMSERH.

16.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.8. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

16.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

16.11. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela EMSERH, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

16.12. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à EMSERH.

16.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

16.14. Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a EMSERH reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

16.15. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

16.16. A EMSERH não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

17.1. Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverão ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

17.1.1. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

17.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

17.1.3. Para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - Db-A, conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição.

17.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

17.1.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

17.1.6. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

17.1.7. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

17.1.8. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente;

17.1.9. Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO USO RACIONAL DA ÁGUA:

18.1. A CONTRATADA terá que capacitar todo seu pessoal quanto ao uso racional da água.

18.2. A CONTRATADA deverá adotar medidas para se evitar o desperdício de água tratada em todas as fases do serviço contratado.

18.3. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da CONTRATADA, esperadas com essas medidas.

18.4. Sempre que adequado e necessário, a CONTRATADA deverá utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica cuja utilização será precedida de avaliação pelo CONTRATANTE das vantagens e desvantagens. Em caso de utilização de lavadoras, sempre adotar as de pressão com vazão máxima de 360 litros/hora.

18.5. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO USO RACIONAL DA ENERGIA ELÉTRICA:

19.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

19.2. Durante a limpeza noturna, quando permitido, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas.

19.2. Comunicar ao CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas e apresentar o descritivo de condutas a serem adotadas pela CONTRATADA para a resolução do problema.

19.3. Sugerir, ao CONTRATANTE, locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, etc.

19.4. Ao remover o pó de cortinas ou persianas, verificar se estas não se encontram impedindo a saída do ar condicionado ou aparelho equivalente.

19.5. Verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, etc.

19.6. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes dos aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

19.7. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA POLUIÇÃO SONORA:

20.1. Para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - Db-A, conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição.

20.2. A CONTRATADA deverá adquirir equipamentos de proteção individual (protetor auricular) quando necessário.

20.3. A CONTRATADA deve preferir o uso de tecnologias adequadas e conhecidas com o objetivo de reduzir os níveis de ruído

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS – BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS: Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

22.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses, elencadas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93;

22.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na Lei nº 8.666/93;

22.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei nº 8.666/93;

22.4. O licitante reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão previstas nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

22.5. O contrato poderá ser rescindido, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pela CONTRATANTE, quando:

EMSERH

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

- a) A CONTRATADA não cumprir as exigências contidas no presente neste contrato;
- b) A CONTRATADA der causa à rescisão administrativa por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;
- c) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;

II – Pela CONTRATADA, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências deste instrumento contratual;

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos neste contrato serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria dos contratos e as disposições pertinentes à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no parágrafo único, artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO: Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA), 16 de Janeiro de 2017.


Sra. **IANIK RAFAELA LIMA LEAL**
Presidente da EMSERH
Pela Contratante


Sr. **JOSÉ LÚCIO CAMPOS REIS**
Diretor Financeiro/EMSERH
Pela Contratante


Sr. **MÁRIO ANTÔNIO GOUVÊA MIRANDA**
Representante Legal
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: 

CPF Nº: 019.644.753-41

Nome: 

CPF Nº: 967.966.503-87